

AUTISMO EM DISPUTA: ENTRE TRANSTORNO E IDENTIDADE

Ana Muhlethaler¹

Resumo: Este trabalho se debruça sobre como o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) é mobilizado enquanto identidade social, focando no subgrupo de “autistas nível 1 de suporte”, que utilizam conceitos como Neurodiversidade para alegar que TEA é parte da diversidade humana e, por isso, seus traços não poderiam ser patologizados. Em alguns casos, o “autismo nível 1 de suporte”, anteriormente conhecido como Síndrome de Asperger, pode ser apresentado como um superpoder, como alegava o médico nazista Hans Asperger, e que se apresenta atualmente como ideologia de “supremacia aspie”. A propagação ideológica de suposta “supremacia aspie”, de forma intencionalmente eugenista ou não, é apropriada pelo sistema capitalista, que coloca o “autista nível 1 de suporte” em uma posição na qual necessita enaltecer traços que lhe causam prejuízo como mercadoria para empresas, ao mesmo tempo em que tem direitos de inclusão negados, sob o argumento de que não existiria prejuízo, apenas superpoderes.

Palavras-chave: Autismo; Supremacia Aspie; Síndrome de Asperger; Transtorno do Espectro Autista; Neurodiversidade.

Abstract: This paper explores how the diagnosis of Autism Spectrum Disorder (ASD) is articulated as a social identity, focusing on the subgroup of “level 1 autistics”, who mobilize concepts such as Neurodiversity to claim that ASD would be a part of human diversity and therefore its traits should not be pathologized. In some cases, “level 1 autism”, formerly known as Asperger's Syndrome, can be presented as a superpower, as the Nazi doctor Hans Asperger claimed, and which is currently presented as the ideology of “aspie supremacy”. The ideological propagation of supposed “aspie supremacy”, whether intentionally eugenicist or not, is appropriated by the capitalist system, which places the “level 1 autistic” in a position where they need to praise traits that cause them harm as merchandise for companies, while at the same

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela Uerj (PPCIS/UERJ) e Pedagoga (UERJ). E-mail para contato: ana.muhlethaler@gmail.com. [Orcid da autora](#).

time being denied inclusion rights, on the grounds that there is no clinically significant disturbance, only superpowers.

Keywords: Autism; Aspie Supremacy; Asperger's Syndrome; Autism Spectrum Disorder; Neurodiversity.

1. Introdução

Este trabalho se insere como parte das explorações iniciais de minha dissertação de mestrado em andamento, que busca investigar a construção da "maternidade atípica" como uma identidade social em contextos digitais, assim como os conflitos e as aproximações desses grupos com grupos auto-organizados por "autistas adultos". Neste trabalho, apresentarei considerações iniciais acerca das disputas sobre a existência de uma "identidade autista", conforme proposto pelos movimentos de neurodiversidade (SINGER, 2016) e neurodivergência, em contraste com o entendimento do autismo enquanto um transtorno mental como apresentado pelo DSM-V.

A partir dos dados coletados até o presente momento, é possível perceber que essa disputa entre identidade ou transtorno se dá entre “mães atípicas²” de pessoas com autismo níveis de suporte 2 ou 3 e “adultos autistas com nível 1 de suporte”.

Neste trabalho me debruço sobre a questão de alguns adultos “autistas nível 1” de suporte alegarem que, quando se trata do autismo, a perspectiva do autismo enquanto um transtorno ignoraria que o autismo seria parte fundamental dos indivíduos no espectro. Analisarei também os argumentos, por parte desse grupo de “autistas adultos nível 1 de suporte”, acerca da consideração de que o prejuízo necessário para o diagnóstico de um transtorno surgiria puramente do caráter social da deficiência (DINIZ, 2007). Proponho, aqui, um olhar crítico para o movimento da neurodiversidade em sua defesa do autismo enquanto identidade social, que desde sua origem ignora, de forma declarada, os prejuízos de autistas com diferentes níveis de suporte.

A tentativa de despatologização do autismo, principalmente o de nível 1 de suporte, acaba por alimentar a crença de uma superioridade desse grupo diante de outras pessoas autistas, com deficiência e até mesmo da população em geral (HOOGE, 2019). Essa crença remonta às pesquisas do médico nazista Hans Asperger (CZECH, 2018), tendo sido

² Como são conhecidas as mães de pessoas com algum tipo de deficiência ou condição crônica.

amplamente difundida após o diagnóstico de síndrome de Asperger ser incluído no DSM³ IV(ROSEN; LORD; VOLKMAR, 2021).

A ideia de Espectro como apresentada pelo DSM V justifica-se na unificação de diversos diagnósticos em apenas um, o que poderia ter sido relevante para desconstrução da percepção de superioridade de qualquer grupo. Porém, ao apresentarem uma classificação de níveis de suporte para as pessoas com esse diagnóstico, manteve-se a ideia de hierarquia interna ao grupo.

2. O transtorno do espectro autista: disputas e maternidades

O diagnóstico do que hoje compreendemos como Transtorno do Espectro Autista (TEA) já se inicia em meio a uma disputa de conceitos entre os psiquiatras Leo Kanner, que realiza sua pesquisa nos Estados Unidos, e Hans Asperger, que realiza sua pesquisa na Áustria. Em 1943, ambos publicaram estudos sobre crianças com características similares – dentre elas: grande raciocínio lógico, vocabulário para além da idade, dificuldades com regras sociais e introversão. No entanto, no ano seguinte, 1944, o Autismo Infantil foi adicionado à nomenclatura da psiquiatria com as atualizações publicadas por Kanner, incluindo a deficiência intelectual como critério diagnóstico. Em contrapartida, Asperger manteve seu posicionamento anterior e nomeou o quadro de Psicopatia Autística Infantil (CÔRTEZ; ALBUQUERQUE, 2020)⁴. A nomeação posterior da Síndrome de Asperger⁵ para classificar essas crianças, vistas como excepcionais em algumas áreas, ainda que com prejuízo da interação social, tornou-a mais “palatável” para mães e pais por afastar-se do diagnóstico de deficiência intelectual e apontar para altas habilidades valorizadas socialmente. Essa diferença, em tese, diminuiria o estigma (GOFFMAN, 2021) oriundo de um diagnóstico de transtorno mental, como até então vinha sendo pensado o autismo⁶.

Nesse processo de trazer o autismo para o debate público, mas evitando um termo já desgastado e carregado de estigma, é que surgem as conceituações atualmente mais utilizadas

³ DSM é a sigla para Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, organizado pela Associação de Psiquiatria Americana (APA).

⁴ Cabe aqui salientar que Asperger foi um médico do III Reich e, apesar de não ter sido oficialmente filiado ao partido nazista, teve o trabalho de sua vida baseado nas crenças nazistas e eugenistas, sendo um grande colaborador do programa de eutanásia infantil (CZECH, 2018; HOOGE, 2019; SHEFFER, 2019).

⁵ Diagnóstico de Síndrome de Asperger fez parte do DSM IV e atualmente foi englobado ao diagnóstico de TEA.

⁶ E, podemos dizer, que ainda é, uma vez que, apesar das novas classificações, no senso comum, autismo é frequentemente associado com deficiência intelectual.

no campo do autismo: o de Transtorno do Espectro Autista e Neurodiversidade – ambas criadas por duas mulheres mães de pessoas autistas.

A primeira delas é Lorna Wing, psiquiatra e pesquisadora inglesa, cofundadora da *UK National Autistic Society* e mãe de uma mulher autista com alto nível de suporte, que iniciou o debate sobre o “espectro autista” (SILBERMAN, 2015), sendo a principal responsável pelo conceito de Transtorno do Espectro Autista, como definido atualmente na quinta edição do DSM (APA, 2014; GILLBERG, 2015). Da mesma forma, Judy Singer, socióloga australiana, responsável pela Teoria da Neurodiversidade, também iniciou sua pesquisa motivada pelo diagnóstico da própria filha (SILBERMAN, 2015; SINGER, 2016).

Singer deixa explícito em sua tese de doutorado, que posteriormente dá origem ao livro *Neurodiversity: the birth of an idea*, que teorizava sobre a diversidade do desenvolvimento e funcionamento neural de forma restrita ao que na época era conhecido como Síndrome de Asperger ou “autismo de alto funcionamento” (SINGER, 2016). Atualmente, é possível equiparar a descrição de Singer à classificação de autismo nível 1 de suporte (APA, 2014).

Dessa maneira, é preciso reconhecer que o trabalho de duas cientistas fundamentais para o que hoje se entende sobre o autismo – seja na classificação médica, seja no campo das identidades – foi fruto de trabalhos motivados pela maternidade de crianças autistas.

Atualmente, o TEA insere-se nos transtornos do neurodesenvolvimento (APA, 2014) que, em sua maioria, são transtornos da infância, já que os traços precisam estar presentes desde a primeira infância, ainda que sem prejuízo, para que o diagnóstico ocorra. Tal demanda diagnóstica faz com que familiares, em sua maioria as mães, acabem por ter um protagonismo na descrição do autismo, o que de acordo Hodge (2019), acarreta em um silenciamento de autistas adultos dos espaços de debate por considerar-se que estes não teriam, em geral pelas dificuldades de comunicação e interação, como descrever a si mesmos. É neste sentido que observamos os debates atuais, que serão fruto de análise da minha pesquisa de mestrado, nos quais mães de pessoas autistas de maior nível de suporte e autistas adultos (geralmente de menor nível de suporte) disputam legitimidade para falar do autismo nas redes sociais e em espaços de atuação política. Tenho também interesse em observar como as mães autistas de pessoas autistas se inserem nesse debate.

3. A hierarquização do valor humano em relação a sua necessidade de cuidado e sua capacidade de produzir no capitalismo

Atualmente, a classificação diagnóstica existente, tanto pelo Código Internacional de Doenças 11 (CID-11), organizado pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2023) e pelo DSM V, organizado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014) é de Transtorno do Espectro Autista. O único diagnóstico foi o resultado da junção de 5 diagnósticos presentes na versão anterior do DSM e 8 diagnósticos da versão anterior do CID (DATASUS, 2008; ROSEN; LORD; VOLKMAR, 2021).

Apesar da classificação principal ser a mesma, existem diferenças nas subclassificações presentes em ambos os documentos. O CID 11 tem subclassificações para especificar a existência, ausência ou nível de prejuízo na comunicação verbal e déficit cognitivo (WHO, 2023). Enquanto o DSM V tem como subclassificação 3 níveis de necessidade de suporte, que se baseiam em comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos (APA, 2014).

Dentro dessa subclassificação do DSM V, o nível 1 de suporte tem uma relação direta ao conjunto de características do antigo diagnóstico de Síndrome de Asperger e assim, como apresentado por Hoodge,

Nesse sentido, pouca coisa mudou. Rótulos funcionais ainda são usados para classificar pessoas autistas, achatando o espectro em "transtorno do espectro do autista" a um construto linear usado para classificar indivíduos autistas por seu (des)valor econômico (Yergeau: 50). Indivíduos percebidos como "de alto funcionamento" são frequentemente chamados de "Aspies" ou "tendo Asperger". Em teoria, a principal característica diagnóstica do autismo de alto funcionamento é que não há atraso no desenvolvimento cognitivo geral, ao passo que, no Asperger, além disso, nenhum atraso no desenvolvimento da linguagem é exibido (Classificação CID-10; American Psychiatric Association). Na prática, o autismo de alto funcionamento é indistinguível do Asperger (Barahona-Corrêa e Filipe). O diagnóstico do Asperger, embora removido do DSM-5 em 2013, continua bem conhecido. Também permanece dentro da CID-10. Yergeau argumenta que os rótulos de funcionalidade e gravidade permitem aos alícticos⁷ alegar uma retórica quase autista⁸: classificar pessoas autistas como simultaneamente com funcionamento muito alto (para receber serviços de apoio, para fazer afirmações sobre o autismo) e com funcionamento muito baixo (para não ser um fardo para outros, para ter sua voz levada em consideração) (51) (HOOGGE, 2019) [tradução livre]).

Os níveis de suporte são usados, como argumenta Kapp (2023), de forma prescritiva ou no lugar do uso descritivo da situação atual em que a pessoa com TEA se encontra. Desta maneira, como descrito por Hoodge anteriormente, “autistas de nível 1 de suporte” (também

⁷ Como Hooge, assim como outros autores, denominam pessoas fora do espectro autista.

⁸ Aqui uma retórica quase autista, traduzido por mim de “*autistic demi-rhetoricity*” é uma forma irônica que a autora Yergeau se refere à forma rígida com que o binômio capaz/incapaz é abordado pelo pensamento médico hegemônico. Yergeau é uma pesquisadora autista que utiliza a Teoria Crip.

chamados de “autistas leves”) vivem nessa dualidade de “funcionarem”⁹ de maneira que leva a terem sua necessidade de suporte negada¹⁰ e que, ao mesmo tempo, não sejam incluídos socialmente.

Assim, o autismo nível 1 de suporte (com sua equivalência à Síndrome de Asperger) é um indicativo de como o “nível de suporte” está mais conectado à capacidade do indivíduo diagnosticado de ser explorado pelo capitalismo, bem como que as características do autismo são mais toleráveis quando aparecem juntamente com habilidades excepcionais (MUHLETHALER, 2023).

A pauta sobre o cuidado é um marcador importante nesse debate, tendo em vista que a “régua” para medir o tamanho do prejuízo de alguém que seja autista está justamente na quantidade de suporte que esta pessoa necessita.

Singer, ao teorizar sobre a Neurodiversidade, afirmou também que a retirada de barreiras sociais eliminaria o prejuízo que o “autista nível 1 de suporte” poderia experimentar na sua vida cotidiana. Tais afirmações da autora foram, posteriormente, apropriadas por militantes autistas para, inclusive, afirmarem que terapias voltadas para a gestão dos prejuízos acarretados por traços autistas seriam “atentados contra a diversidade do cérebro humano”(ORTEGA, 2009 p. 74). Quanto a esse debate, aplico, aqui, a dura – e coerente – crítica feita por ativistas feministas à primeira onda do campo de estudo da deficiência social, ao pontuarem que esse cenário não seria uma realidade universal, e que muitas pessoas com deficiência ainda teriam prejuízos e necessitariam de cuidado, mesmo com a retirada das barreiras para a acessibilidade (CLÍMACO, 2020).

Essa lógica de que o autismo, principalmente o nível 1 de suporte, seria apenas uma expressão da diversidade de desenvolvimento e funcionamento neural humanos faz com que surjam comparações entre a neurodiversidade e a diversidade sexual (ORTEGA, 2009), inclusive, levando à possibilidade de uma eventual extinção do diagnóstico médico. Porém, é importante pontuar duas coisas:

- 1- Afirmar que autismo, assim como qualquer outra deficiência, causa prejuízos e que, em decorrência deles, as pessoas necessitam de apoio e suporte não é ser a favor de

⁹ Referência ao termo em inglês “*high functioning autism*”.

¹⁰ É possível encontrar em redes sociais relatos de autistas estarem sendo laudados como “nível 0 de suporte”. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C4xh3KAuW_w/?igsh=MWViamZrc3F0ajN0MQ==. Acesso em 18/08/2024.

nenhum movimento pró cura ou de qualquer forma de eugenia (MELLO; FERNANDES; GROSSI, 2013).

- 2- O processo de exclusão da “homossexualidade” enquanto um diagnóstico psiquiátrico veio do entendimento, em 1975, da Sociedade Americana de Psiquiatria que “A homossexualidade, por si só, não implica qualquer prejuízo para a capacidade de julgamento, estabilidade, confiabilidade, ou capacidades sociais ou vocacionais gerais”(AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2000).

E, apesar de existirem pessoas que acreditem que o autismo nível 1 de suporte seja parte do processo da “evolução humana”, postulando a existência de uma “supremacia aspie¹¹” (HOOGE, 2019), ou outras que afirmam que crianças autistas seriam mais evoluídas espiritualmente (“*Aspie Supremacy*” - *A Deep Dive*”, 2024), essas não são afirmações sustentadas em dados científicos.

A ideia de “superioridade” de ao menos uma parte de pessoas diagnosticadas como autistas remonta às declarações de Hans Asperger e estão diretamente ligadas à capacidade dessas pessoas de contribuírem para a economia capitalista.

Essencialmente, a psicopatia autista tinha traços positivos e negativos, e era possível manter um livro-razão para determinar o valor de uma criança. Asperger defendia que as crianças na ponta “mais favorável” da “escala” podiam ser superiores às “crianças normais”. Como adultos, iriam “obter um sucesso tão extraordinário que até se poderia concluir que somente elas seriam capazes de tais realizações”. Isso ocorria, “usualmente em profissões acadêmicas altamente especializadas, frequentemente em posições muito elevadas”, como “matemáticos, tecnólogos, químicos industriais e funcionários públicos de alto escalão”. Ele enfatizou traços que eram valiosos para o Estado nazista, e isso pode ter sido uma tentativa estratégica de defender as crianças da perseguição. Mas também atribuiu a elas alguns traços – como gosto artístico em pinturas de Rembrandt e escultura românica – que seria curioso destacar se não acreditasse neles. Nesse sentido, seu tratado pode ser lido menos como defesa das crianças deficientes e mais como reivindicação agressiva das “habilidades especiais” de algumas crianças com seu diagnóstico. (SHEFFER, 2019 p. 167)

A “Supremacia Aspie” pode ainda ser percebida por relatos diretos e intencionais, como demonstrado no parágrafo a seguir:

Nos círculos neonazistas contemporâneos, os Aspies são abertamente associados com a branquitude. Em uma discussão em um fórum online sobre quem teria o direito de

¹¹ Como se identificam pessoas diagnosticadas com Síndrome de Asperger.

habitar o “etnoestado branco”, por exemplo, membros argumentaram que “todos os aspies serão bem-vindos como brancos honorários” (Rodriguez, par. 3, p.1), já que “Aspies no fundo são brancos” (Long, par. 13, p. 6). (HOOGE, 2019 [tradução livre])

Ou pode também aparecer de forma estrutural e não necessariamente intencional no formato de discurso de ódio de caráter racista, eugenista e/ou neonazista. Por vezes, ela aparece em discursos que colocam traços do autismo como “superpoderes” e vantagens em relação ao resto da população mundial. Greta Thunberg e Peter Smagorinsky são exemplos de autistas com renome em seus campos profissionais que por vezes já se utilizaram desse discurso de superpoder – ou “vantagem Asperger”, como no caso de Smagorinsky (ROZEMA, 2020).

Sites de Recursos Humanos, para incentivar a contratação de autistas por empresas privadas, se utilizam desse discurso enaltecedor de traços autistas (BLOOM HEALTHCARE, 2023; DICE, 2023; EMPLOYMENT AUTISM, [s.d.]; HARRIS, 2022; NATIONAL AUTISTIC SOCIETY, 2020; PALUMBO, 2020, 2022; REMINGTON, 2015; SPECTROOMZ, 2024), remetendo ao “sucesso” de programas vocacionais para trabalhadores autistas como comprovação da capacidade dessas características serem utilizadas a favor do capital.

Enfatizo aqui o Programa *Roim Rachok*, um ramo da Unit 9900 da Força de Defesa de Israel, no qual apenas autistas podem servir. Para além do discurso de inclusão social de jovens autistas em Israel, esse programa foi desenhado para um tipo específico de autista, já que é inteiramente baseado na (chamada por eles de) “inteligência visual” – referente à maior ênfase de autistas nos detalhes em detrimento ao todo¹² – bem como na habilidade de ficar sentados em frente a uma tela por horas a fio, como expresso no trecho:

Os jovens homens e mulheres autistas que servem na Unit 9900 conseguem ficar sentados por horas na frente de mapas eletrônicos detectando as mudanças mínimas, disse Channel 10. Essa é uma habilidade rara que escapa da maioria de soldados não-autistas (BEN-ZVI, 2014 [tradução livre]).

Essa especificidade de perfil buscado pelo programa além de excluir “autistas com nível 2 ou 3 de suporte”, exclui também diversos “autistas nível 1 de suporte” que possam vir a ter comorbidades¹³ como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, por exemplo¹⁴.

¹² Teoria da Coerência Central (SCHMIDT; KUBASKI, 2012).

¹³ Condição crônica que coexiste, causa ou é relacionada a outra condição (GOMES, 2008).

¹⁴ O Transtorno do Déficit de atenção e hiperatividade (APA, 2014) é uma das comorbidades mais comuns ao TEA (CHIODI et al., 2023) e, como o próprio nome já descreve, refere-se à dificuldade de manutenção prolongada

Além dessas características listadas nos parágrafos acima – apresentadas tanto pelo IDF quanto pelo programa de contratação inclusiva da Microsoft, mas que também podem ser encontradas em outras comunicações online –, encontramos outras comumente elencadas como “motivos para contratar autistas” (BLOOM HEALTHCARE, 2023; DICE, 2023; EMPLOYMENT AUTISM, [s.d.]; HARRIS, 2022; NATIONAL AUTISTIC SOCIETY, 2020; PALUMBO, 2020, 2022; REMINGTON, 2015; SPECTROOMZ, 2024) tais como: benefícios fiscais; ambiente diverso; lealdade do trabalhador à empresa; e capacidade de hiperfoco.

Dessas características, a primeira é autoexplicativa quando consideramos a existência, em diversos países, de programas governamentais de incentivos fiscais para a contratação de Pessoas com Deficiência. Quanto à segunda, a dita “diversidade” no ambiente de trabalho, a considero profundamente questionável, já que essas empresas buscam um perfil extremamente específico e delimitado de autistas para incorporar no seu quadro de funcionários. A chamada “lealdade à empresa¹⁵” é justificada pelos próprios sites como fruto da dificuldade que autistas possuem com mudanças, ainda que isso pudesse significar melhores oportunidades de carreira, assim como resultado da gratidão que autistas teriam por terem encontrado uma oportunidade de trabalho após tantas dificuldades¹⁶. O hiperfoco pode ser definido como estado de concentração intensa com a percepção reduzida de estímulos não relevantes para a tarefa alvo do foco (MANZINI, 2022). Isso significa que pessoas autistas¹⁷, quando em hiperfoco, ignoram sinais do próprio corpo – como sensação de bem-estar, dor, sede, cansaço, fome etc.

Para sobreviver no capitalismo, o “autista nível 1” precisa mercantilizar características de seu funcionamento que existem em frequência e intensidade para causar prejuízo clinicamente comprovado – o que, por definição, é o que justifica o diagnóstico de um transtorno de saúde mental (APA, 2014). Tal dinâmica predatória coloca esses autistas em uma posição ainda mais complexa diante da sua necessidade de suporte, já que as características que

de foco, assim como a possibilidade da existência da hiperatividade, que impede a pessoa a ficar sentadas por horas a fio.

¹⁵ “Research has consistently demonstrated that when integrated into supportive company cultures that provide appropriate workplace adjustments, autistic employees display greater loyalty and lower turnover intentions compared to their neurotypical counterparts. German software multinational SAP boasts a 94% retention rate for autistic hires under their Autism at Work initiative, far exceeding the company’s overall average of 25% (SAP, 2019). These real-world examples underscore the compelling case for the unwavering loyalty that autistic talent brings, even in the face of market fluctuations. Moreover, their authentic and transparent communication style fosters trust and integrity within teams, further enhancing their value as reliable assets.” (DICE, 2023)

¹⁶ “Autistic people recognise the struggle of finding meaningful activity/employment and will therefore tend to stay with one company for much longer. This can help increase overall morale in the company and motivate all employees to value their Jobs” (EMPLOYMENT AUTISM, [s.d.]).

¹⁷ Assim como pessoas com TDAH e outras condições.

justificam a existência de uma necessidade de suporte precisam ser “vendidas” como “habilidades” ou mesmo “superpoderes”. Caso o trabalhador autista desenvolva, através de terapia, a habilidade de, por exemplo, regular melhor os períodos de hiperfoco a fim de não ter prejuízos de saúde, ou ainda, trabalhe a rigidez cognitiva para que isso não seja um impeditivo para a mudança de emprego, as características que o capitalismo enxerga como um diferencial positivo no mercado de trabalho e que são o incentivo para sua contratação deixam de existir.

No mesmo ritmo, o enaltecimento dessas características e a negação de que essas geram prejuízos já acarretam situações de direitos sociais negados, mesmo no cenário brasileiro. É possível localizar na mídia relatos de pessoas autistas que foram aprovadas pelo sistema de reserva de vagas em concursos públicos e tiveram sua posse negada após a banca médica negar a condição de pessoa com deficiência para autistas de menor nível de suporte (TV GLOBO; G1 DF, 2023)

Esse fino equilíbrio entre necessidade de suporte x capacidade de contribuir para o capital é parte fundamental do processo de adoecimento mental agudo que leva ao alto índice de suicídio entre “autistas de nível 1 de suporte”.

Como apresentado por Hirvikoski (2016), a expectativa de vida mundial de autistas já é mais baixa do que a da população geral – 53,87 anos contra 70,2 anos. No caso de “autistas nível 1 de suporte”, o suicídio é uma das três principais causas de morte prematura, sendo a taxa de suicídio nove vezes mais alta em “autistas nível 1” de suporte em relação à população geral.

Tenho como hipótese que os menores índices de suicídio entre pessoas “autistas nível 2 e nível 3 de suporte” só são possíveis uma vez que, por sua maior necessidade de suporte, estes têm, em geral, uma maior presença familiar e maior possibilidade de conseguirem atendimento multidisciplinar. A situação não é que, nesses casos, exista necessariamente uma maior qualidade de vida para essas pessoas. Postulo apenas que têm a presença e, muitas vezes, são mais ativamente vigiados por familiares e profissionais de saúde – o que acaba prevenindo, remediando ou mesmo impedindo tentativas suicidas.

Assim como Durkheim (2010) apresentou que homens solteiros têm maior chance de cometer suicídio, encontramos, no século XXI, a mesma prevalência entre homens autistas solteiros (SEGERS; RAWANA, 2014). Uma análise possível desses dados seria de que esses homens encontrariam maior consistência no atendimento de suas necessidades de suporte uma vez que, em casamentos heterossexuais, a esposa realiza o papel de cuidadora de seu marido e

família como um papel de gênero atribuído socialmente (FEDERICI, 1975). Em contrapartida, esse peso produz uma sobrecarga das cuidadoras de pessoas com maior nível de necessidade de suporte, em geral as mães dessas pessoas. “Mães atípicas”, como se denominam mães de pessoas autistas, possuem risco considerável de suicídio (FERREIRA, 2022), o que, provavelmente, está mais vinculado à sobrecarga de trabalho do que pela natureza do trabalho do cuidado; assim como a falta de reconhecimento social de um trabalho reprodutivo não remunerado e a solidão que encontram em sua vida cotidiana.

Através dessa análise, o suicídio de pessoas “autistas nível 1 de suporte” não se apresenta como um risco inato à condição de “ser autista”, mas sim como o resultado do contexto social de sobrecarga e negação de prejuízos e suporte, que também impacta pessoas sem o diagnóstico ou sem as características do Transtorno do Espectro Autista, mas que são responsáveis pelo seu cuidado e suporte.

Observamos, a partir das eleições de 2018, a inclusão cada vez maior de pautas acerca das Pessoas com Deficiência (PcD) nos discursos de atores dos mais diversos campos políticos. No caso de figuras públicas relacionadas aos conservadorismos, tais temáticas se colocam, de um lado, como artifícios performáticos (MAYER; PEREIRA, 2020) e, de outro, como instrumentos de reforço da unidade imaginada “família tradicional” (SERRA, 2023). Os movimentos conservadores colocam o protagonismo do ativismo autista nos cuidadores, em geral mães. Com isso, isolam tanto autistas quanto suas famílias, que precisam ser responsáveis pelo cuidado exclusivo de seus dependentes, em uma prática neoliberal de passar para as famílias o dever que deveria ser do Estado (BROWN, 2019).

4. Conclusão

O autismo ser visto como parte da diversidade humana não o exclui enquanto um diagnóstico e deficiência. Da mesma forma que muitos autistas militam em prol da Teoria da Neurodiversidade sem ter todos os dados para uma análise mais ampla, assim como o desconhecimento das possíveis perdas de direitos sociais que implicariam na retirada do TEA nível 1 de suporte do rol de condições protegidas pela LBI.

Reitero que este trabalho é parte de considerações iniciais da minha atual pesquisa de mestrado e que, aqui, optei por apresentar um olhar crítico aos argumentos que encontro no campo ao analisar um dos grupos que observo. Essa escolha se dá pelo tema de uma

“superioridade aspie” também ter aparecido durante a produção do meu trabalho de conclusão de curso na graduação, que investigou os estereótipos na mídia e seus impactos na inclusão de autistas no ensino superior.

Não é minha intenção questionar a validade de críticas realizadas aos manuais diagnósticos ou qualquer outro instrumento que possa ser utilizado numa estrutura medicalizante e de biopoder (RABINOW; ROSE, 2006). Eu mesma, ao longo desse trabalho, falo brevemente sobre algo que sem dúvida estará presente em muitos dos meus trabalhos futuros: a problemática do uso de níveis de suporte no autismo.

A teoria da neurodiversidade, ao afirmar que existe uma diversidade de funcionamentos neurais e que isso seria parte da condição humana, não está se afastando muito do discurso de militantes com deficiências. Talvez, o maior “pecado” de Singer tenha sido limitar o recorte ao que na época era um novo diagnóstico, sem saber a fundo as intenções do médico que publicou pela primeira vez sobre os autistas “geniais, com habilidades excepcionais”.

Apesar de toda documentação sobre o nazismo ter estado disponível para pesquisa, foi apenas em 2018, com a publicação da pesquisa de Czech (2018), que obtivemos respostas ao questionamento de muitos: “Hans Asperger era de fato um nazista entusiástico?”. Singer, que então era apenas uma doutoranda escrevendo sua tese, não tinha como saber no que o movimento da neurodiversidade se transformaria, sendo apropriado e constantemente reconstruído. Este é um “risco” que todos nós, pesquisadores das ciências sociais e humanas, corremos.

Da mesma forma que a teoria da neurodiversidade se tornou uma roupagem palatável para pessoas que de fato acreditam no discurso nazista de superioridade, ela também é utilizada por muitos como uma ferramenta para construção da própria autoestima e a sensação de pertencimento no mundo. Não é sobre negar ser pessoa com deficiência, é sobre se organizar pelo direito de existir.

Referências:

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Guidelines for psychotherapy with lesbian, gay, and bisexual clients. **American Psychologist**, v. 55, n. 12, p. 1440–1451, 2000.

APA, A. P. A. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

“**Aspie Supremacy**” - **A Deep Dive.**, 7 out. 2024. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ui2h_pHDDmk>. Acesso em: 27 nov. 2024

BEN-ZVI, G. **IDF Intelligence Unit Using Soldiers With Autism Produces Stellar Results** - **Algemeiner.com**. Disponível em: <<https://www.algemeiner.com/2014/02/20/idf-intelligence-unit-using-soldiers-with-autism-produces-stellar-results/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BLOOM HEALTHCARE. **(8) The Benefits of Hiring People with Autism in the Workforce | LinkedIn**. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/benefits-hiring-people-autism-workforce-bloom-healthcare-australia/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CHIODI, S. L. et al. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ): Predição do TDAH e TEA em Crianças. **Psico-USF**, v. 28, n. 2, p. 211–224, 2023.

CLÍMACO, J. C. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.

CÔRTEZ, M. DO S. M.; ALBUQUERQUE, A. RO. DE. CONTRIBUIÇÕES PARA O DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DE KANNER AO DSM-V. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. III, n. 7, p. 864–880, 27 dez. 2020.

CZECH, H. Hans Asperger, National Socialism, and “race hygiene” in Nazi-era Vienna. **Molecular Autism**, v. 9, n. 1, p. 29, 19 abr. 2018.

DATASUS. **CID-10 - Tabelas**. Disponível em:
<<http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/download.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DICE, J. K. **The Benefits of Hiring Individuals with Autism in the Workplace. Mind Shift Works**, 11 dez. 2023. Disponível em: <<https://mindshift.works/the-benefits-of-hiring-individuals-with-autism-in-the-workplace/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DURKHEIM, E. **Suicide**. Tradução: John A. Spaulding; Tradução: George Simpson. Riverside: Free Press, 2010.

EMPLOYMENT AUTISM. **The case for employing autistic people**. Disponível em:
<<https://employmentautism.org.uk/tools-and-resources/the-case-for-employing-autistic-people/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GILLBERG, C. Lorna Wing OBE, MD, FRCPsych Formerly psychiatrist and physician, Social Psychiatry Unit, Institute of Psychiatry, King’s College London, co-founder of the UK National Autistic Society. **BJPsych Bulletin**, v. 39, n. 1, p. 52–53, fev. 2015.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

GOMES, M. D. M. Aspectos epidemiológicos das comorbidades psiquiátricas em epilepsia. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**, v. 14, n. 4, p. 162–170, dez. 2008.

HARRIS, H. **(8) What Should Employers Know About Hiring People with Autism?** | **LinkedIn**. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/what-should-employers-know-hiring-people-autism/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

HOOGE, A. N. DE. Binary Boys: Autism, Aspie Supremacy and Post/Humanist Normativity. **Disability Studies Quarterly**, v. 39, n. 1, 28 fev. 2019.

KAPP, S. K. Profound Concerns about “Profound Autism”: Dangers of Severity Scales and Functioning Labels for Support Needs. **Education Sciences**, v. 13, n. 2, p. 106, 19 jan. 2023.

MANZINI, I. **Concentração intensa: conheça o hiperfoco e como ele pode ser regulado - Portal Drauzio Varella**. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/psiquiatria/concentracao-intensa-conheca-o-hiperfoco-e-como-ele-pode-ser-regulado/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MELLO, A. G.; FERNANDES, F. B. M.; GROSSI, M. P. Entre Pesquisar e Militar: Engajamento Político e construção da Teoria Feminista no Brasil. **Revista Ártemis**, v. XV, n. 1, p. 10–29, 2013.

MUHLETHALER, A. **A INCLUSÃO DE AUTISTAS REAIS NO ENSINO SUPERIOR SOB O IMPACTO DOS ESTEREÓTIPOS DE AUTISTAS NA FICÇÃO**. Monografia—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 14 abr. 2023.

NATIONAL AUTISTIC SOCIETY. **Employing autistic people**. Disponível em: <<https://www.autism.org.uk/advice-and-guidance/topics/employment/employing-autistic-people/employers>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 67–77, 2009.

PALUMBO, J. J. **How One Company Is Redefining Hiring And Working With People With Autism**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jenniferpalumbo/2020/12/17/how-one-company-is-redefining-hiring-and-working-with-people-with-autism/>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PALUMBO, J. J. **How Autistic Individuals Can Offer Special Skills To Your Business**. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jenniferpalumbo/2022/06/29/how-autistic-individuals-can-offer-special-skills-to-your-business/>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, v. 24, p. 27–57, abr. 2006.

REMINGTON, A. **Why employing autistic people makes good business sense**. Disponível em: <<http://theconversation.com/why-employing-autistic-people-makes-good-business-sense-39948>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ROSEN, N. E.; LORD, C.; VOLKMAR, F. R. The Diagnosis of Autism: From Kanner to DSM-III to DSM-5 and Beyond. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 51, n. 12, p. 4253–4270, 1 dez. 2021.

ROZEMA, R. Waiting for Autistic Superman: On Autistic Representation in Superhero Comics. **Ought: The Journal of Autistic Culture**, v. 1, n. 2, 26 maio 2020.

SCHMIDT, C.; KUBASKI, C. **Linguagem e Síndrome de Asperger: Compreendendo a Fala de um Adolescente com Base nas Teorias da Mente e da Coerência Central**. IX ANPED SUL. **Anais...** Em: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. Caxias do Sul: 2012.

SHEFFER, E. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILBERMAN, S. **Neurotribes - The Legacy of Autism and the Future of Neurodiversity**. United States of America: Avery, 2015.

SINGER, J. **Neurodiversity: The Birth of an Idea**. [s.l.] Kindle, 2016.

SPECTROOMZ. **Top 10 reasons to hire autistic people**. Disponível em: <<https://www.spectroomz.com/blog/why-you-should-hire-autistic-freelancers-and-employees>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

TV GLOBO; G1 DF. **Candidatos com autismo passam em concurso da Secretaria de Saúde do DF e são barrados por junta médica | Distrito Federal**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/04/11/candidatos-com-autismo-passam-em-concurso-da-secretaria-de-saude-do-df-e-sao-barrados-em-exame-admissional.ghtml>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

WHO. **ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics**. Disponível em: <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fcd%2fentity%2f437815624>>. Acesso em: 30 mar. 2023.